



Recebido em:
10/05/2017
Aprovado em:
10/05/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

O ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES LUSÓFONOS: uma incursão pela produção acadêmica

EDNA CRISTINA DO PRADO
LETÍCIA CRISTINA DIAS
ALLAN KELISSON VERISSIMO DA SILVA

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq e tem como objetivo apresentar os principais resultados acerca da produção bibliográfica pertinente ao ensino superior dos países lusófonos nos últimos 10 anos (2006-2016). Por meio da consulta sistemática aos principais bancos nacionais e internacionais foi possível catalogar os estudos sobre a temática. Teoricamente, o artigo referencia-se em Buza (2008; 2012); Calderón e Ferreira (2012); Canga e Buza (2015); Fávero (2009); Leher (2003; 2007); Dias Sobrinho (2008; 2011); Sguissardi (2006) e Cerdeira (2014); assim como nos estudos de Correa (2012); Ens e Romanowski (2006); Lima e Mito (2007), sobre as metodologias conhecidas como Estado da Arte.

Palavras-chave: Ensino Superior Lusófono – Produção Acadêmica – Estado da Arte

ABSTRACT

The present article is part of a Scientific Initiation research funded by CNPq and aims to present the main results about bibliographic production pertinent to higher education in the Portuguese speaking countries in the last 10 years (2006-2016). Through the systematic consultation of the main national and international banks, it was possible to catalog studies on the subject. Theoretically, the article is referred to in Buza (2008; 2012); Calderón e Ferreira (2012); Canga e Buza (2015); Fávero (2009); Leher (2003; 2007); Dias Sobrinho (2008; 2011); Sguissardi (2006) and Cerdeira (2014); As well as in studies by Correa (2012); Ens and Romanowski (2006); Lima and Mito (2007), on the methodologies known as State of the Art.

Key words: Higher Education Lusophone - Academic Production - State of Art

INTRODUÇÃO

Segundo os dados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP, 2015), existem mais de 240 milhões de falantes da língua portuguesa espalhados em países e regiões em quatro continentes (América do Sul, África, Europa e Ásia). Tais lugares, séculos depois do período de expansão ultramarina, guardam características culturais lusitanas.

A grande influência de Portugal em suas ex-colônias espalhadas pelo mundo, como não poderia deixar de ser,

também deixou inúmeras marcas no modelo de educação superior por elas praticado, algumas das quais, em maior ou menor grau, dependendo do país, perduram até os dias de hoje.

A compreensão das formas de organização do ensino superior, para além dos limites geográficos do Brasil, é indispensável para uma melhor análise dos rumos que vêm sendo forjados nos últimos anos para este nível de ensino. Entretanto, antes de se proceder qualquer análise, torna-se imprescindível a realização de um levantamento acerca da produção nacional e internacional sobre esta temática, a fim de buscar os trabalhos que contextualizam, historicamente e legalmente, suas estruturas e propostas, bem como os que avaliam as políticas já implementadas pelos governos dos países lusófonos.

Estudos mostram que as políticas que organizam e financiam o ensino superior nestes países estão condicionadas a uma dependência internacional, com graus diferentes de intensidade a cada espaço-tempo, mas, em essência, com a mesma natureza. (CERDEIRA, 2014; SOUSA, 2009; FREITAS; VERHINE, 2013)

As Instituições de Ensino Superior – IES têm uma autonomia relativa, pois o Estado desempenha, em maior ou menor escala, um papel de controle de todo o sistema de ensino superior, sob forte influência das exigências da regulação externa, via diversos processos de internacionalização:

A internacionalização da Educação Superior em diversos países é utilizada para alcançar metas institucionais e melhoria dos sistemas educativos, levando em conta sua realidade diversificada, mas, ao mesmo tempo, para representar uma resposta da Educação Superior à globalização com tendência a uma homogeneização de critérios e de políticas (ROQUE NETO, 2010 apud FREITAS; VERHINE, 2013 p. 235)

Mesmo alcançando algumas metas internacionais, cumpre destacar a forma pela qual o governo tem conseguido expandir o ensino superior, no caso brasileiro, pois de acordo com Dourado (2002 p. 246):

As políticas de expansão da educação superior, [...] configuram-se por meio de movimentos assíncronicos, caracterizando esse nível de ensino no país como amplo e heterogêneo, permeado por práticas de natureza pública e privada, com predominância destas últimas. Nos últimos anos, esse processo expansionista foi deliberadamente conduzido pelas políticas oficiais, tendo se consubstanciado por natureza e caráter predominantemente privado, como a criação de novas IES, a criação de novos cursos e formatos organizativos, reestruturação das IES, entre outras. Tais políticas têm resultado em um intenso processo de massificação e privatização da educação superior no Brasil, caracterizado pela precarização e privatização da agenda científica, negligenciando o papel social da educação superior como espaço de investigação, discussão e difusão de projetos e modelos de organização da vida social, tendo por norte a garantia dos direitos sociais.

Tal como acontece no Brasil, os dados aqui apresentados mostram que, guardadas as devidas diferenças, situação semelhante ocorre com a grande procura de jovens pelo ingresso no ensino superior dos países e regiões de língua portuguesa:

Nos países de língua oficial portuguesa, o ensino superior, de um modo geral, apresenta ainda fortes limitações, quer pela população que alcança quer pelas funções que desempenha [...] verifica-se que a maior parte dos estudantes, particularmente, na África, licencia-se nas áreas do comércio, gestão e direito, humanidades e ciências sociais [...] A cooperação entre os vários países de língua portuguesa, com vista à melhoria do desempenho dos sistemas de ensino superior, sobretudo nos países onde este grau de ensino é mais recente e apresenta maiores debilidades, pode constituir-se como uma estratégia para permitir ultrapassar as lacunas verificadas, sobretudo ao nível de qualificação do corpo docente e do desenvolvimento de atividades de investigação

relevantes para o desenvolvimento económico dos países. (REGO; LUCAS; RAMOS; CARVALHO; BALTAZAR 2015, p.32)

Entretanto, embora haja uma considerável produção científica em torno do ensino superior nacional, um levantamento exploratório nos principais bancos de dados digitais brasileiros apontou que, especificamente sobre o ensino superior nos países e regiões de língua portuguesa, a produção da última década encontra-se esparsa e que inexistem estudos caracterizados como “Estado da Arte” sobre a temática.

Pelo exposto, diante de tamanha complexidade que envolve a temática em tela, um mapeamento dos trabalhos acadêmicos produzidos, em âmbito nacional e internacional, na última década, mostra-se relevante para subsidiar análises posteriores e estudos pautados na cooperação com objetivo de minimizarem dificuldades comuns.

METODOLOGIA

Envolvendo a educação superior dos países lusófonos, que embora considerados, em muitos casos, nações-irmãs, possuem realidades sociais diferentes, a base empírica desta pesquisa, na perspectiva dos estudos bibliográficos e de Estado da Arte, foram os dados dos bancos digitais de universidades lusófonas, da Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal Sistema de Información Científica – Redalyc, das informações oficiais disponibilizadas nos sites dos referidos governos, nas embaixadas e consulados localizados no Brasil e nos sites dos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Ministério da Educação (MEC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior Português (MCTES), Fundo de Acção Social (FAS), Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES), Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT), entre outros, buscando catalogar eventos, grupos de pesquisa, dissertações, teses, livros, artigos e coletâneas sobre a temática.

Como recorte temporal, a análise recaiu sobre a produção acadêmica acerca do ensino superior lusófono nos últimos dez anos (2006-2016), sem, contudo, deixar de lado a visão diacrônica da análise, retornando, sempre que necessário, aos fundamentos das atuais políticas dos países pesquisados.

Os descritores “Ensino Superior” e “Educação Superior” foram utilizados para a coleta dos dados nas consultas realizadas nos repositórios supracitados.

Para inclusão dos trabalhos, foram considerados aqueles que tratam do ensino superior e que se caracterizavam como resultados de pesquisa. Os trabalhos em duplicada, ou seja, que constavam em mais de uma base de dados, foram desconsiderados.

Dado ao número elevado de países, o acesso frequente aos bancos de dados foi feito ao longo de todo o processo de investigação. Após a identificação dos trabalhos e atendidos aos critérios de inclusão e exclusão, foram construídos quadros, gráficos, tabelas e mapas para a organização dos dados a fim de se obter um panorama quantitativo dos estudos selecionados. Em seguida, para se traçar um perfil geral dos referidos estudos forma considerados os principais aspectos de seus títulos, palavras-chave e resumos, considerando as limitações sobre este último, já apontadas no estudo Ens e Romanowski (2006).

O estudo considerou os pressupostos da pesquisa bibliográfica, que consiste em um conjunto sistemático de procedimentos que visam à identificação do que já foi produzido sobre determinado assunto e na perspectiva das pesquisas denominadas “Estado da Arte”, em função de sua característica central que é a de mapear e analisar a produção científica em diferentes áreas do conhecimento (ENS e ROMANOWSKI, 2006; FERREIRA, 2002; LIMA e MIOTO, 2007).

A COMUNIDADE LUSÓFONA

Portugal fica localizado no Sudoeste da Europa, independente desde maio de 1179, com independência reconhecida pelo Papa Alexandre III, sua capital é Lisboa, a moeda é o Euro e a Língua Portuguesa é a língua oficial. O número de habitantes é de 10.300,182 (The World Bank, 2016).

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas de origem vulcânica. O país foi colônia portuguesa durante quatro séculos de intensa exploração. Sua independência só foi obtida em 1975. Com aproximadamente 5.273,60 habitantes. A população masculina chega aproximadamente a 49.6% dos habitantes, o índice feminino é maior, com aproximadamente 50.4% segundo o The New Bank, 2016. O seu continente é o Africano e a moeda é o escudo cabo-verdiano. O ensino superior em Cabo Verde começou a ser implementado há mais de 20 anos, a partir da criação da Escola de formação de professores do ensino secundário, conferindo o grau de bacharéis aos diplomados por esta instituição.

Guiné-Bissau tem aproximadamente 1.893,703 habitantes, com o índice de habitantes em sua maioria do sexo feminino, segundo o The World Bank, 2016. Foi a primeira colônia na África a tornar-se independente em 1973. Tem extensão territorial: 36.125 km². O idioma oficial é o português e dialetos regionais. É uma região de crenças tradicionais, mas que tem também como religião o islamismo, cristianismo, catolicismo e ateus. Desde sua independência existem acordos de intercâmbios acadêmicos internacionais, mas com a procura crescente e a limitação de bolsas de estudos, o país teve que desenvolver o próprio ensino superior. Ao todo são 09 (nove) IES, mas como não atendem a toda a demanda, mantêm parcerias internacionais.

São Tomé e Príncipe se localiza no golfo da Guiné, composto por duas ilhas principais, São Tomé e Príncipe têm aproximadamente 194,912 habitantes (The World Bank, 2016). Tornou-se independente em 1975. Tem o total de 1001 km². É o segundo menor estado africano. Tem rendimento per capita de 440 USD, ocupa 141º lugar no ranking mundial com IDH de 0,56 (2014).

O Brasil é um país de clima tropical localizado na América do Sul, considerado o quinto maior do mundo, possui um território de área total no valor 8.515.767,049 km², dividido em 26 estados e um Distrito Federal. Segundo os dados do Country Meters (2016), o Brasil tem uma população estimada em 210 061 70 pessoas (49.2% são homens e 50.8% são mulheres). No Brasil existem 2.368 instituições, dentre elas 195 são Universidades, 147 são Centros Universitários, 1968 são Faculdades e 40 são IF e CEFET. O maior índice de matrículas é efetuado nas Universidades 4.167.059 (53%), seguido das Faculdades com 2.235.197 (28,6%), posteriormente os Centros Universitários com 1.293.795(16,5%) e os IF e CEFET com 131.962 (1,7%) dos alunos matriculados, totalizando 7.828.013 alunos matriculados no ensino superior no ano de 2014, e adiante podemos observar o número de matrículas realizadas na pós-graduação.

Angola é um país situado na região ocidental da África Austral, com superfície de 1.246.700 km², extensão da costa atlântica de 1.650 Km², tendo 18 províncias. O país alcançou a independência em 11 de novembro de 1975. A geografia do país é peculiar, por estar nas zonas intertropical e subtropical no hemisfério sul, e é dividido em duas diferentes regiões climáticas: a região litoral e a região do interior. Com 76 (setenta e seis) IES e centros de ensino superior, a educação divide entre institutos, centros e universidades. A língua oficial é o português, para além de diversas línguas nacionais.

Macau - situa-se na margem ocidental do Delta do Rio das Pérolas, adjacente à cidade chinesa de Zhuhai, na Província de Guangdong, no sul da República Popular da China, e a cerca de 60 quilômetros a oeste de Hong Kong. Com população de 644.900 habitantes, sendo que 90% da população é de etnia chinesa, com idioma oficial o português, sendo o cantonense o mais falado em todo território, segundo o Site do governo do Macau. A Universidade do Macau, segundo um ranking acadêmico, o Times Higher Education (2015) é a segunda melhor entre os países lusófonos ficando atrás apenas da Universidade de São Paulo (USP).

A República de Moçambique é um país de clima tropical localizado no Sudoeste da África, sua capital é Maputo e sua

população é estimada em 28 871 651 pessoas (sendo 51,3% feminina e 48,7% masculina). Sua independência foi no dia 25 de junho de 1975, após quase cinco séculos de dominação colonial estrangeira imposta por Portugal. Sua língua oficial é o português, porém, apenas 40% da população utiliza a língua. Em quarenta anos de independência, Moçambique evoluiu de forma abrangente em relação a instituições de nível superior, tendo construído sua primeira instituição pública em 1962, e a primeira instituição privada em 1995, um intervalo de mais de 30 anos. Atualmente existem regularizadas 18 (dezoito) instituições públicas e 31 (trinta e uma) instituições privadas segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (2015). A taxa de analfabetismo situa-se na ordem dos 48% em Moçambique, segundo (CEERT, 2015).

A República Democrática do Timor Leste possui uma área no total de 15.007km². Em janeiro de 2016, sua população foi estimada em 1.197.728 pessoas (51% homens e 49% mulheres). (UNESCO, 2016) Sua independência ocorreu em 28 de novembro de 1975, porém continuaram a ocorrer várias guerras nos anos seguintes. Somente em 2002 com o progressivo desarmamento das milícias, novas casas e escolas foram sendo construída a restauração da independência ocorreu apenas em 20 de maio de 2002. A língua oficial é o Português e o Tetum. Segundo a UNESCO (2016) a taxa de analfabetos com idade entre 15 e 24 anos é estimada em 41.589. A moeda do país é o dólar americano. A primeira e única universidade pública é a Universidade Nacional Timor Lorosa e foi fundada em 17 de novembro de 2000. Atualmente são registradas 11 instituições de nível superior divididas entre publicas e privadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa teve início pelo site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Utilizando o descritor "Ensino superior no Brasil" foram encontradas 162 (cento e sessenta e duas) dissertações e 118 (cento e dezoito) teses no período de 2006 a 2016. Esses trabalhos estão distribuídos por instituições públicas e privadas de todo o país. Entretanto, ao analisar os resumos, constatou-se que o número de produções especificamente sobre o ensino superior no Brasil foi bem inferior. Das 162 (cento e sessenta e duas) dissertações, após a análise dos resumos, o número caiu para 49 (quarenta e nove). Quanto às teses, das 118 (cento e dezoito) iniciais, o número foi reduzido para 37 (trinta e sete). Ao todo, foram encontrados 86 (oitenta e seis) trabalhos acerca da temática em questão, os quais estão assim distribuídos em termos de regiões geográficas sendo 1 (um) trabalho no Centro-Oeste, 13 (treze) no Norte, 2 (dois) no Nordeste, 49 (quarenta e nove) no Sudeste e 23 (vinte e três) na região Sul. Após realizar uma ampla pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, o número de dissertações é de 49 (quarenta e nove) sendo superior ao número de teses 37 (trinta e sete) relacionadas ao ensino superior brasileiro.

Ao pesquisar com o descritor "Ensino superior em Angola" foram encontradas 05 (cinco) dissertações e 02 (duas) teses. Porém, ao inquirir os resumos, percebeu-se que nenhum dos trabalhos se enquadrava na temática abordada.

Ao se examinarem as produções referentes ao ensino superior em Guiné-Bissau chegou-se a 06 (seis) no total, 04 (quatro) dissertações e 2 (duas) teses. Contudo, apurando os resumos, no que diz respeito ao estudo aqui exposto, somente 02 (duas) dissertações e 1 (uma) tese se enquadraram nos objetivos da pesquisa.

No que tange a Cabo Verde, foram catalogados 07 (sete) trabalhos, 05 (cinco) teses e 02 (duas) dissertações. Contudo, dentre todas as produções encontradas, nenhuma tratava especificamente do ensino superior no país.

Com o descritor "Ensino superior em Moçambique" foram encontrados 11 (onze) trabalhos, sendo 04 (quatro) dissertações e 07 (sete) teses, mas apenas 04 trabalhos (uma dissertação e três teses) discutiam a temática sobre o ensino superior de forma específica.

Com o descritor "Ensino superior em Portugal" no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT foram encontradas 46 (quarenta e seis) teses e 34 (trinta e quatro) dissertações. Após leitura atenta dos resumos destes 80 trabalhos este número caiu para cinco. A grande maioria estava relacionada à área da saúde e às licenciaturas e não traziam uma abordagem do ensino em todo o país.

O mesmo descritor (Ensino superior em Portugal) foi utilizado na consulta à Biblioteca Científica Eletrônica em Linha – Foram encontrados 87 (oitenta e sete) trabalhos. Mudando o descritor para “Ensino superior de Portugal”, 05 (cinco) trabalhos relacionavam-se à pesquisa ora apresentada. Os outros trabalhos que estão no mesmo descritor relacionavam-se ao ensino, economia e à área da saúde de Portugal, fugindo assim, do escopo da pesquisa.

Para tornar a busca mais completa, foram consultados também os grupos de pesquisa brasileiros que possuem o ensino superior como objeto de análise. Utilizando o descritor “Ensino superior” no Diretório dos grupos de pesquisas do CNPq, inicialmente foram encontrados 394 (trezentos e noventa e quatro) grupos. Entretanto, após analisar nomes, áreas de atuação e ano, a fim de tornar a pesquisa mais precisa, esse número caiu para 25 (vinte e cinco) grupos de pesquisa referentes ao ensino superior. Dentre os 29 (vinte e nove) grupos de pesquisa encontrados, 11 (onze) estão localizados na região Sudeste, 10 (dez) no Sul, 06 (seis) no Nordeste, 01 (um) no Centro-Oeste e 01 (um) no Norte; distribuídos em 29 (vinte e nove) instituições dentre elas 17 (dezesete) públicas e 12 (doze) privadas. Pesquisando no site da Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal Sistema de Información Científica-Redalyc, utilizando o descritor “Ensino superior” foram encontrados 342 (trezentos e quarenta e dois) artigos e 26 (vinte e seis) revistas sobre educação. Entretanto, apenas 32 (trinta e dois) trabalhos se enquadravam na presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acima, os dados deixam claro que, entre outros aspectos, há uma maior produção sobre a temática do ensino superior em Portugal e no Brasil. Em alguns países da África, o acesso aos bancos de dados institucionais era permitido apenas a pessoas cadastradas, o que dificultou o mapeamento dos trabalhos. Merece destaque também o não uso da língua oficial (o português) nos bancos de dados acadêmicos. O inglês é a única língua disponível na maior parte dos sites de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste, Angola, Macau e São Tomé e Príncipe.

A análise dos dados coletados permite afirmar que ainda é incipiente a produção acadêmica que discute o ensino superior nos países lusófonos. O que se encontrou foi a predominância de estudos sobre os países de forma independente e a partir do recorte temático de algum curso ou área específicos, mas não acerca do ensino superior como um todo e nem tampouco a partir das aproximações e distanciamentos entre os países de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

BUZA, A. G. Educação para a sustentabilidade. In: **Anais da 1ª Conferência Nacional das Ciências da Educação**. UAN. Luanda, 2008.

BUZA, A. G. Por Um Ensino Superior de Qualidade nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. In: **Atas 2ª Conferência FORGES**, Macau, 6, 7 e 8 de novembro, 2012.

CALDERÓN, A.; FERREIRA, A. O ensino superior privado: um estudo comparado Brasil-Portugal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE** - v. 28, n. 3, p. 563-584, set/dez., 2012.

CANGA, J; BUZA, A. Qualidade do ensino superior em países periféricos diante dos apelos da globalização – o caso da República de Angola. In: **Revista FORGES**. Vol.2; n.2. Ilhéus: FORGES, 2015. p. 83-97.

CERDEIRA, L. A internacionalização e cooperação no ensino superior: os países de língua portuguesa e o caso de Portugal. In: CABRITO, B; CASTRO, A; CERDEIRA, L; CHAVES, V. (Orgs.). **Os desafios da expansão da educação nos países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização**. Lisboa: EDUCA, 2014, p. 97-114.

CORREA, J J. Educação comparada: um esboço para compreender as fronteiras e os limites da comparação. **Visão**

Global, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 251-272, jul./dez. 2011.

CORREA, J. J. A educação comparada e sua arquitetura histórica. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**. Ponta Grossa, 20 (2): 117-129, jul./dez, 2012.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação*. In: DIAS SOBRINHO, J., RISTOFF, D.; GOERGEN, P. (Orgs.). **Universidade e sociedade: perspectivas internacionais**, Sorocaba, SP: EDUNISO, 2008. p.169-182.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. In: **Seminário sobre Ensino Superior no Brasil**, 2011.

DOURADO, L.F. Reorganização dos sistemas público e privado da educação superior. **Linhas Críticas**, v. 11, n. 20, jan-jun. 2005.

DOURADO, L. F.. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252

DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. *Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil*. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003.

ENS, R. T.; ROMANOWSKI, J. P. *As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação*. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

FÁVERO, M. de L. Quarenta anos de reforma universitária: significado, questões e desafios. In: MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M. (Orgs.). **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FREITAS, A.; VERHINE, R. Avaliação da educação superior: uma análise comparativa entre Brasil e Portugal. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 235-255, jul./dez, 2013.

LEHER, Roberto. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003.

LEHER, Roberto. A problemática da universidade 25 anos após a ‘crise da dívida’. **Universidade e Sociedade. Educação: prioridade nacional ANDES**. Ano VI- nº 39, fev.2007.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Educação comparada**. 3ª ed. – Brasília: MEC/Inep, 2004.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina Célia. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Florianópolis. **Revista Katálisis**, v.10 p. 35-45, 2007.

REGO, C.; LUCAS, B.; RAMOS, I.; CARVALHO; BALTAZAR, M. *Ensino superior nos países de língua portuguesa: contributos para o diagnóstico no início do século XXI*. In: **Revista FORGES**. Vol.2; n.2. Ilhéus: FORGES, 2015. p. 11-35.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião In: MOROSINI, Marília C (Org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006.

CPLP. **Estatísticas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa: CPLP, 2015.

REFERÊNCIAS

BUZA, A. G. Educação para a sustentabilidade. In: **Anais da 1ª Conferência Nacional das Ciências da Educação**. UAN. Luanda, 2008.

BUZA, A. G. Por Um Ensino Superior de Qualidade nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. In: **Atas 2ª Conferência FORGES**, Macau, 6, 7 e 8 de novembro, 2012.

CALDERÓN, A.; FERREIRA, A. O ensino superior privado: um estudo comparado Brasil-Portugal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE** - v. 28, n. 3, p. 563-584, set/dez., 2012.

CANGA, J; BUZA, A. Qualidade do ensino superior em países periféricos diante dos apelos da globalização – o caso da República de Angola. In: **Revista FORGES**. Vol.2; n.2. Ilhéus: FORGES, 2015. p. 83-97.

CERDEIRA, L. A internacionalização e cooperação no ensino superior: os países de língua portuguesa e o caso de Portugal. In: CABRITO, B; CASTRO, A; CERDEIRA, L; CHAVES, V. (Orgs.). **Os desafios da expansão da educação nos países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização**. Lisboa: EDUCA, 2014, p. 97-114.

CORREA, J J. Educação comparada: um esboço para compreender as fronteiras e os limites da comparação. **Visão Global**, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 251-272, jul./dez. 2011.

CORREA, J. J. A educação comparada e sua arquitetura histórica. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**. Ponta Grossa, 20 (2): 117-129, jul./dez, 2012.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação*. In: DIAS SOBRINHO, J., RISTOFF, D.; GOERGEN, P. (Orgs.). **Universidade e sociedade: perspectivas internacionais**, Sorocaba, SP: EDUNISO, 2008. p.169-182.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. In: **Seminário sobre Ensino Superior no Brasil**, 2011.

DOURADO, L.F. Reorganização dos sistemas público e privado da educação superior. **Linhas Críticas**, v. 11, n. 20, jan-jun. 2005.

DOURADO, L. F.. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252

DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. *Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil*. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003.

ENS, R. T.; ROMANOWSKI, J. P. *As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação*. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

FÁVERO, M. de L. Quarenta anos de reforma universitária: significado, questões e desafios. In: MANCEBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M. (Orgs.). **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FREITAS, A.; VERHINE, R. Avaliação da educação superior: uma análise comparativa entre Brasil e Portugal. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 235-255, jul./dez, 2013.

LEHER, Roberto. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de. **Políticas e gestão da educação superior**:

transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003.

LEHER, Roberto. A problemática da universidade 25 anos após a 'crise da dívida'. *Universidade e Sociedade. Educação: prioridade nacional* ANDES. Ano VI- nº 39, fev.2007.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Educação comparada.** 3ª ed. – Brasília: MEC/Inep, 2004.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina Célia. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Florianópolis. **Revista Katálisis**, v.10 p. 35-45, 2007.

REGO, C.; LUCAS, B.; RAMOS, I.; CARVALHO; BALTAZAR, M. *Ensino superior nos países de língua portuguesa: contributos para o diagnóstico no início do século XXI.* In: **Revista FORGES**. Vol.2; n.2. Ilhéus: FORGES, 2015. p. 11-35.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião In. MOROSINI, Marília C (Org.). *A universidade no Brasil: concepções e modelos.* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006.

CPLP. **Estatísticas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.** Lisboa: CPLP, 2015.

Doutora em Educação; Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional – GAE; Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL; wiledna@uol.com.br

Aluna do curso de Pedagogia da Universidade Maurício de Nassau – UNINASSAU, aluna do curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional – GAE; leticiaacristinadias24@gmail.com

Aluno do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional – GAE; allankelisson123@gmail.com